PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

(Do Sr. DIEGO GARCIA)

Regulamenta a licença-paternidade e fortalece a proteção às famílias em caso de nascimento ou adoção de criança com deficiência.

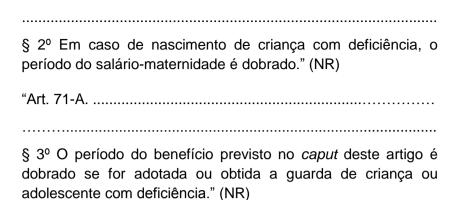
O Congresso Nacional decreta:

1991, passam a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.392
§ 6º Será concedido em dobro o período de licença previsto no caput no caso de nascimento ou adoção de criança ou adolescente com deficiência." (NR)
"Art. 392-A
§ 5º A adoção ou guarda judicial conjunta ensejará a concessão de licença-maternidade a apenas um dos adotantes ou guardiães, empregado ou empregada, garantindo-se a licença-paternidade ao outro." (NR)
"Art. 392-D. O empregado tem direito à licença-paternidade de 10 (dez) dias, sem prejuízo do emprego e do salário, a partir da data do nascimento, adoção ou guarda judicial de criança ou adolescente.
Parágrafo único. A licença-paternidade será concedida em dobro em caso de nascimento, adoção ou guarda judicial de criança ou adolescente com deficiência."
Art. 2º Os artigos 71 e 71-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de

"Art. 71.



Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o inciso III do art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

JUSTIFICAÇÃO

A Constituição de 1988 garante a licença-paternidade e o § 1º do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dispõem:

Art.	1	C).		 		 	 																															 		 	 			
		• •	• •	• • •	 	• •	 • • •	 	• •	• •	• •	• •	• •	• •	•	• •	• •	•	• •	• •	• •	•	•	• •	٠.	•	• •	• •	• •	•	•	•	• •	•	• •	•	• •	• •	• • •	•	 •	 • •	• •	•	

§ 1º Até que a lei venha a disciplinar o disposto no art. 7º, XIX, da Constituição, o prazo da licença-paternidade a que se refere o inciso é de cinco dias.

Até hoje, a matéria não foi disciplinada e a licença-paternidade continua a ser considerada falta justificada, nos termos do art. 473, inciso III, da Consolidação das Leis do Trabalho. Deve ser lembrado que o dispositivo, anterior à Constituição, concede apenas um dia ao pai, no decorrer da primeira semana do nascimento.

O nosso ordenamento jurídico protege a criança e visa à adaptação da nova família. Deve, portanto, ser regulamentada a licença-paternidade ampliada para dez dias e, caso relacionada a criança ou adolescente com deficiência, para vinte dias. Saliente-se que a licença é prevista tanto na hipótese de nascimento, como na de adoção ou obtenção de guarda judicial.

3

paternidade como falta justificada ofende a natureza desse período. Por isso, optamos por inserir a licença na seção da Consolidação das Leis do Trabalho

dedicada à proteção à maternidade (e à família). Deve ser lembrado que já

constam dispositivos que, visando à proteção da família, permitem a concessão

de licenças aos homens, como na triste hipótese de morte da mãe durante o

parto.

Propomos, também, a concessão de licença-maternidade em

A licença concedida deve ser digna e considerar a licença-

dobro em caso de nascimento, adoção ou guarda judicial de criança ou

adolescente com deficiência. A concessão do benefício previdenciário deve

acompanhar o prazo da licença-maternidade e, portanto, também alteramos a

Lei de Benefícios da Previdência Social, Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

A proteção da criança, do adolescente e da família é

fundamental para a sociedade. O período de adaptação decorrente do

nascimento, adoção ou guarda de um novo integrante do grupo familiar deve

ser sempre respeitado.

A nossa proposta reconhece a necessidade do cuidado das

pessoas com deficiência, bem como a necessidade de finalmente regulamentar

a licença-paternidade, motivos pelos quais contamos com o apoio de nossos

nobres Pares a fim de aprová-la.

Sala das Sessões, em

de

de 2019.

Deputado DIEGO GARCIA

2019-2928